



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES


97


CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 6/24

2024/03/25





QUADRIÊNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2024

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUIS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E SANDRA MARIA DA SILVA MARTINS.

O Vereador, ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, não esteve presente na reunião, por se encontrar de férias, tendo a sua falta sido justificada.

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo quinze horas e dez minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Tomou palavra o Senhor Vereador, Ricardo Sousa que disse: “Senhor Presidente, nós temos vindo a falar há imenso tempo sobre a questão da ETAR que cria graves problemas e danos no Rio Ferreira, zonas adjacentes e ribeirinhas e conseqüentemente prejudica em muito duas cidades do nosso Concelho, nomeadamente Lordelo e Rebordosa, sendo que Lordelo insiste e debate mais sobre esta temática.

Atendendo aos acontecimentos no final da semana passada, perguntar-lhe se tem algum desenvolvimento sobre o assunto e também em que situação estão os processos que o Município moveu contra o Município de Paços de Ferreira e seu edil e se face a esses processos já foi ouvido e se tem algum desenvolvimento que nos possa transmitir acerca desses processos.

Nós não sabemos, mas pelo que surgiu a público na semana passada, o que se passou poderá estar relacionado com a situação que acontece no Rio Ferreira.

Sr. Presidente, perguntar-lhe também acerca do estudo de impacto ambiental, questão esta que pode considerar repetitiva, mas para nós é nosso dever continuar a inquirir enquanto não obtivermos as devidas respostas. O senhor numa sessão de esclarecimento dizia, se bem me lembro, que as obras não avançariam enquanto este estudo não existisse e agora apresenta um argumento diferente pois diz que as obras não terminam enquanto não estiver concluído o estudo. Isto deixa-me baralhado porque ou o senhor tem conhecimento das conclusões desse estudo ou de eventuais aspetos negativos que possam conduzir à remoção das obras já em fase final. Nos processos “padrão” e alguns são até públicos, os estudos de impacto ambiental são recolhidos, apresentados e analisadas as devidas conclusões antes das obras iniciarem e não quando estão a finalizarem.

Nós, em maio ou junho do ano passado, fizemos questão de perguntar pelo restante em falta daquele anexo apresentado do estudo de impacto ambiental, nós consideramo-lo um anexo

077

Kary

porque estava relacionado com a seleção dos biofiltros e disse-nos que demoraria dois meses. Esses dois meses foram em meados de agosto ou setembro. Este assunto foi prorrogando-se e temos dito que está praticamente concluído, contudo desde o fim do ano até agora, passaram-se mais de três meses relativamente à data inicial que tinha projetado. Pergunto se efetivamente tem alguma ideia sobre quando de facto poderemos ter este estudo.

Faço também aqui um reparo porque no último fim de semana decorreu a “Festa da Flor”, nós respeitamos todos os eventos que acontecem, mas também devemos respeitar os comerciantes do concelho e mais propriamente da cidade de Paredes. Estava a iniciar a Primavera, tratou-se do último fim de semana anterior à Páscoa, também conhecido por *Domingo de Ramos* onde habitualmente são oferecidos os ramos aos padrinhos e houve alguns e sérios constrangimentos para o comércio local até pela forma de acesso e do estacionamento no centro da cidade de Paredes. Recomendar aqui que de facto a data escolhida não foi a melhor, poder-me-á dizer que foi a Associação Empresarial que assim o projetou, mas considero que cabe ao Município pronunciar-se também sobre a data escolhida. Se de facto o contexto é a celebração da primavera, não vejo inconveniência de que acontecesse alguns dias ou semanas mais à frente.

Presumo que tal não terá sido do agrado da maioria dos comerciantes Paredes pois que foram prejudicados e decerto não conseguem recuperar desse prejuízo. As pessoas que iriam fazer compras nesse domingo, certamente não teriam outros dias livres até à Páscoa para realizarem as suas compras e vendo os acessos bloqueados, recorrerem à municípios vizinhos. Acho que são acontecimentos que nenhum de nós quer e que podiam ser francamente evitáveis.

Senhor Presidente, perguntar-lhe também se aquele buraco na escola de Rebordosa já está resolvido. Disse que aquela zona não era muito exposta por ser atrás do pavilhão, mas sendo dentro do recinto escolar pode surgir algum incidente e tendo sido já abordado aqui, seria muito desconfortável que acontecesse depois de termos aqui alertado para o assunto e sem que tivessem sido tomadas as devidas medidas, pelo que vimos quando lá estivemos, apenas foi colocada uma fita sinalizadora a identificar parte de buraco.

Perguntar-lhe também acerca da aquisição dos postaletes e o pagamento para a respetiva instalação nas paragens dos autocarros, se isto foi conjuntamente com a Área Metropolitana ou de forma individual? A empresa à qual adquirimos e efetuamos o pagamento de 17 500€, é do Porto, foi criada em abril de 2023 e tem um capital social de 500€. Não sei se se trata de uma empresa especificamente criada para este propósito pelo que gostava de saber se esta aquisição aconteceu


por todos municípios que aderiram à UNIR ou se foi só o município de Paredes que recorreu a esse empresa individualmente e não em conjunto.


Por fim, deixar aqui um alerta porque na última reunião falamos sobre as más condições da sala da antiga escola da Madalena para o exercício do direito de voto. O senhor disse que de facto tal não se repetiria. Também foi abordada a situação da escola de Bustelo, já há muitos anos nessa freguesia que estão definidos os respetivos locais de voto. Se for pela questão do acesso, existem outros sítios na própria freguesia e noutras em que os acessos são similares. Por isso, recomendo que ponderasse o encerramento desse local de voto porque não nos parece o mais indicado visto que se o pretendido visa mais proximidade para a população e conhecendo as especificidades da freguesia, acho que estaremos a afastar as pessoas de exercer o seu direito de voto e não é isso que todos pretendemos. Volto a frisar que quem circula e conhece o nosso concelho, verifica que existem outros locais similares com condições próximas àquelas que existem nessa antiga escola onde decorrem as votações.”

Tomou palavra o senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Em relação à ETAR, os processos que foram intentados mesmo antes de estarmos em funções, continuam a decorrer. Desconheço se as buscas que aconteceram na sexta feira, estão relacionadas ou não. Contudo, é de lamentar todo o aparato surgido em torno de umas buscas sobre uma ETAR, tanto mais que o município de Paços de Ferreira também tem acionado um processo em tribunal sobre o projetista e o construtor da ETAR. Portanto, acho desnecessário todo o enfâse dado, mas, se tudo isso ajudar a antecipar a construção da nova ETAR, poderá daqui advir algo de positivo.

Quanto à questão do estudo de impacto ambiental, a última informação que dispomos por parte do engenheiro da Ambisousa responsável por este assunto é que o estudo sairá até ao final do mês de abril, o atraso deveu-se ao facto de terem integrado um estudo hidráulico e hidrológico uma vez que naquele local existem captações de águas, inclusive da Cadopato de Parada de Todeia. Volto a referir que não se iniciarão os trabalhos da empresa, sem que exista um estudo de impacto ambiental, que nos seja favorável.

Existem projetos que obrigam a um prévio estudo de impacto ambiental, já outros não. Portanto, foi solicitado um estudo de impacto ambiental, não porque a obra assim o exigisse, mas sim para trazer mais salvaguarda ao projeto. A parte mais determinante já estava concluída, ou seja, a questão dos filtros, considerando que o único impacto cujo projeto poderia acarretar em





detrimento de outras unidades fabris, seria a questão dos odores. À exceção deste, não existem outros porque o impacto com a construção daquela unidade é semelhante à construção de uma outra qualquer fábrica naquela zona industrial.

De qualquer forma o estudo ficara concluído até ao final de abril e será apresentado tal como sempre anunciamos.

Relativamente ao evento da “Festa da Flor”, este é sempre realizado no início da primavera. Já a data da Páscoa é móvel e pode acontecer mais cedo. De qualquer forma, o facto de estarmos a enaltecer a flor num fim de semana em que é característico a compra e oferta de flores, até foi muito positivo. Quanto ao estacionamento, existe uma grande área para o efeito no largo da feira e não foi pelo facto daquelas casinhas de madeira estarem a ocupar alguns lugares de estacionamento que causou transtorno.

Aquela situação do abatimento por detrás do pavilhão, já referimos que assim que as condições climatéricas o permitam, iremos realizar uma intervenção no sentido de resolver essa questão.

Relativamente à aquisição dos postaletes que referiu, nós só tínhamos a indicação das suas características que nos foram transmitidas pela Área Metropolitana do Porto e podíamos adjudicar o fornecimento a quem nós entendêssemos. Chegou-nos um orçamento de uma empresa a *Bricantel*, que aliás até já estava a proceder à colocação noutras municípios, mas cujo preço era superior relativamente a esta a quem foi adjudicado o fornecimento e como tal, fez-se a opção pela empresa que apresentou melhor valor.

Quanto à questão da mesa de voto na escola da Madalena, as próximas eleições terão lugar nas instalações da antiga sede da junta de freguesia que apesar de ter lá a funcionar outra atividade, creio que existem as condições necessárias para o fazer.

Já em Bustelo, é de referir que em todas as freguesias existem lugares considerados adequados, mas decidiu-se manter os mesmos locais de voto e correu bem. Agora, em Bustelo acontece numa escola que não têm as devidas condições e se em detrimento as pessoas tiverem de se deslocar um quilómetro, não advém daí qualquer problema. Acho que se trata de uma questão de razoabilidade, e não vejo qualquer problema de mudar a mesa de voto de Bustelo para Terronhas por uma diferença de um quilómetro de distância, mas vamos falar com o Senhor Presidente da Junta de freguesia antes de tomar a decisão.”

07

Uamy

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e dois de março do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: três milhões cinquenta e oito mil trezentos e cinquenta e seis euros e noventa cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: três milhões duzentos e noventa e um mil trezentos e setenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

3 - PAGAMENTOS PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, dezoito mil e sessenta e seis, datada de vinte de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de quatro a quinze de março do corrente ano, no montante de um milhão quarenta e três mil cento e quarenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

4 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 7ª ALTERAÇÃO ANO 2024 - 5ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 5ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ANOS SEQUINTE - 5ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS E ANOS SEQUINTE- PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento, 7ª alteração ano 2024 - 5ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 5ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de

077

Kary

Investimentos e anos seguintes - 5ª alteração permutativa ao Plano Atividades Municipais e anos seguintes.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE DIVERSOS EVENTOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral dezoito mil e setenta e seis, datada de vinte de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 10 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

6 - INTENÇÃO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO A RENDAS ACESSÍVEIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão Administrativa com o número de identificação de processo geral, dezassete mil oitocentos e oitenta e cinco, datada de dezanove de março do corrente ano, relacionada com a aquisição de imóveis para construção de habitação social.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi acrescentado: "O que está aqui em causa é a intenção de submissão das candidaturas e da aquisição de quatro terrenos que não pertencem ao município.

Os projetos já estão a ser desenvolvidos para este fim e se as candidaturas forem aprovadas, iremos proceder à aquisição destes terrenos com vista à edificação destas habitações. Tem sido nossa preocupação, construir habitações sociais e habitações a rendas acessíveis e dar nota aqui que, temos primado para que esses investimentos aconteçam um pouco por todo o concelho e não só de forma concentrada em algumas freguesias. Aqui está prevista a aquisição de terreno na freguesia da Sobreira, Duas Igrejas, Gondalães e também em Vilela.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO A RENDAS ACESSÍVEIS NO ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor, contudo, elencar que em tempos a intervenção do Senhor Presidente não era compatível com a intenção e a possibilidade de construção de habitação social no sul do concelho e sempre alertamos para esse facto. Vemos aqui agora a compra de um terreno na Sobreira de 3408m² que pode suceder para este fim.”

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Esta candidatura, neste terreno de 3408m pertencente à Igreja e destina-se à construção de habitação a rendas acessíveis e não habitação social, portanto está enganado”.

O Vereador, Ricardo Sousa, disse tratar-se da mesma coisa, tendo o Senhor Presidente dito, que foi dada a explicação e que são situações distintas.

Interveio o senhor vereador Ricardo Sousa que disse: “Senhor Presidente, nas minhas intervenções eu tenho o direito a dizer o que quero e o senhor tem o direito de entender ou não”.

Perante a afirmação do Vereador, Ricardo Sousa, o Senhor Presidente disse que este estava a ser

parvo, porque lhe tinha sido dada uma explicação, com a diferença entre habitação social e habitação a rendas acessíveis e o Vereador perante a explicação, referiu poder dizer o que pretendesse.

Interveio o senhor vereador Ricardo Sousa que disse: “Senhor Presidente, faço questão que fique o registo em ata, porque nunca lhe faltamos ao respeito e temos o direito ao mesmo tratamento.”

O senhor Presidente da Câmara referiu: “O senhor tem o direito a dizer o que pensa e eu estou a dar-lhe uma explicação e mesmo assim o Senhor diz que está se marimbando para a explicação e diz o que quiser, e por isso entendo que está a ser parvo”.

7 - ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO PARA UM ASSISTENTE OPERACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTES COLETIVOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação de processo geral, dezassete mil duzentos e cinquenta e quatro, datada de quinze de março do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a abertura de um procedimento concursal comum para recrutamento de um Assistente Operacional – Motorista de Transportes Coletivos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR A ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL - MOTORISTA DE TRANSPORTES COLETIVOS AO ABRIGO DA COMPETÊNCIA QUE É FIXADA PELO Nº 1 DO ARTIGO 4º DO DECRETO-LEI Nº 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO, AO QUAL POSSAM CANDIDATAR-SE PESSOAL COM E SEM VINCULO DE EMPREGO PÚBLICO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 30º E Nº 1 DO ARTIGO 33º DA LTPF, APROVADA PELA LEI Nº 35/2014 DE 20 DE JUNHO.

8 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA DO CONCELHO DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil com o número de identificação de processo geral dezasseis mil novecentos e sessenta e dois, datada de catorze de março do corrente ano, relacionada com a atribuição do subsídio anual às corporações de Bombeiros e delegações da Cruz Vermelha do Concelho de Paredes.

Os Vereadores, Dr. Francisco Leal e Dr. Renato Almeida não participaram na discussão e votação do presente assunto.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO ANUAL ÀS CORPORações DE BOMBEIROS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA DO CONCELHO DE PAREDES CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor, contudo lamentamos que o valor fique aquém. Desejávamos que fosse bem mais pois, as cooperações assim o merecem e precisam e atendendo ao orçamento municipal entendemos que o valor poderia ser substancialmente superior ao atribuído.”

Tomou palavra o senhor presidente da Câmara que referiu: “Estamos a atribuir 50% do valor para este ano e que o valor no caso dos bombeiros, está com mais 10 000€ para cada cooperação, comparativamente ao ano anterior, aliás tal como tínhamos prometido.”

9 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO SOUSA 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil, Serviço

Municipal de Proteção Civil com o número de identificação de processo geral com o número de identificação de processo geral dezasseis mil novecentos e trinta e dois, datada de CATORZE de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a minuta de Protocolo de Colaboração - Associação Florestal do Vale do Sousa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO SOUSA, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

10 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO FUNDO DE MANEIO DA CPCJ - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Igualdade e Intervenção Social, com o número de identificação de processo geral seis mil seiscientos e trinta e um, datada de vinte e nove de janeiro do corrente ano, a solicitar a alteração do responsável pelo fundo de maneo da CPCJ.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO FUNDO DE MANEIO DA CPCJ CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

11 - MINUTA DE PROTOCOLO DE ADESÃO À REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Cultura, Património Cultural, Biblioteca e Arquivo com o número de identificação de processo geral dezoito mil e quarenta e

077

Ucaray

dois, datada de vinte de março do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a Minuta de Protocolo de Adesão à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE PROTOCOLO DE ADESÃO À REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

12 - DOAÇÃO DE OBRA DE ARTE PELO ARTISTA DE ARTES PLÁSTICAS, ALEXANDRE REGO DO NASCIMENTO REIGADA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral dezoito mil e quinze, datada de vinte de março do corrente ano, relacionada com a doação de obra de arte à Casa da Cultura de Paredes.

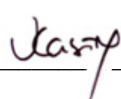
Tomou palavra o vereador Ricardo Sousa que referiu: “Naturalmente votaremos a favor, no entanto, não entendemos o porquê deste artista que é de Ponte de Lima, estar a doar uma obra com um valor atribuído de 1 000€ a Paredes. Poderá ser até pela visão que o artista tem sobre Paredes, mas para perceber a sua ligação à cidade.”

Pelo senhor Presidente foi esclarecido: “O motivo é simples, trata-se de um artista que esteve em exposição na Casa da Cultura e como tal fez esta doação.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, ACEITAR A DOAÇÃO, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA DO AUTO DE DOAÇÃO A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.





13 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO MOTO CLUBE DE REBORDOSA - ROTA DOS MÓVEIS, PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, dezasseis mil e quarenta e cinco, datada de onze de março do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Moto Clube de Rebordosa – Rota dos Móveis.

Tomou palavra o vereador Ricardo Sousa que disse: “Temos alertado sucessivamente para o facto de se anexar o orçamento. Não entendemos o porquê da atribuição 25 000€, qual é o valor das obras, qual é a estimativa. Tenho particularmente a certeza que aquando do pedido, tiveram pelo menos uma reunião com o vereador correspondente ou com o Senhor Presidente, para solicitar e justificar o valor das obras pretendidas. Só não percebemos porque é que os orçamentos continuam sem estar apensos aos pontos a deliberar. Julgamos que não há nada a esconder e para tentar perceber o porque de atribuir 25 000€, qual é o valor total das obras, qual é o investimento a ser feito, se existe algum projeto e qual, acho que estes elementos podiam fazer parte do ponto.

Também acompanha aqui a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo que já referimos em tempos que devia existir uma modalidade diferente. Poder-me-á dizer que está relacionado com atividades desportivas do Moto Clube mas, no fundo refere-se à ampliação da sede que funciona na antiga escola das Cabaneiras, que está a ser requalificada e presumo que esteja relacionado.

Naturalmente votaremos a favor, mas gostávamos de saber porque é que no ponto o protocolo consta como sendo um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.”

Interveio o senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Trata-se de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo porque está afeto ao desporto. Podia tratar-se de contrato-programa de desenvolvimento cultural se estivesse relacionado com a cultura. Depois far-se-á chegar ao senhor vereador o orçamento e o projeto que foi desenvolvido pelos técnicos da Câmara.”

Colocado o assunto a votação,



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

97

Kary

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO MOTO CLUBE DE REBORDOSA - ROTA DOS MÓVEIS NO VALOR DE € 25.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

14 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA ORGANIZAÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL DE SHOW E PRECISÃO - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde com o número de identificação de processo geral, quinze mil cento e sessenta e três, datada de seis de março do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação Desportiva de Patinagem Artística.

Tomou palavra o vereador Ricardo Sousa que disse: "Senhor Presidente, presumo que este ponto deveria ser para ratificação pois que o evento já decorreu ontem, anteontem e na sexta-feira. Como já aconteceu, creio que deveria ser para ratificação. Votaremos a favor mas entendemos que seria mais correto proceder desta forma."

Interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou: "A ratificação aplica-se em situações em que já houve decisão por motivo de urgência. Neste caso apesar do evento já ter decorrido, a atribuição do subsídio é presente para discussão e votação, uma vez que ainda não houve decisão de atribuição do valor."

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE PATINAGEM ARTÍSTICA NO VALOR DE € 5.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO

077

Ucaray

EXECUTIVO MUNICIPAL.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por maioria, com cinco votos a favor do PS e dois votos contra do PSD.

Sendo quinze horas e quarenta minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.



Alexandre Almeida, Dr.

